

**ATA N.º6 REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE VALE DE CAMBRA**

**De 13 de fevereiro de 2020**

**Nº1/2020**

Pelas dezanove horas e trinta minutos, do dia treze de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu o Conselho Municipal da Juventude na sala do Arquivo Municipal, em conformidade com o decreto de lei 8/2009 de 18 de fevereiro, alterado pela lei 6/2012 de 10 de fevereiro e o regulamento do Conselho Municipal da Juventude, aprovado em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 21 de dezembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 21 de novembro de 2017.

Esta reunião foi presidida pela Vereadora com o pelouro da Juventude e Presidente do Conselho Municipal de Vale de Cambra (no uso das competências delegadas por despacho de 2019-05-14), Daniela Sofia Paiva da Silva, com as seguintes presenças dos representantes das juventudes partidárias, da Assembleia Municipal e dos órgãos associativos do concelho de Vale de Cambra, inscritos no Registo Nacional de Associativismo Jovem (RNAJ), assim como, de outras associações que, apesar de não se encontrarem inscritas no RNAJ, desenvolvem atividades destinadas à juventude (são designadas por “Membros Observadores Permanentes”, como consta no artigo 6º do Regulamento do CMJVC):

**Membros Efetivos:**

- Vicente Relvas Soares de Almeida (JP- Juventude Popular de Vale de Cambra);
- Eduarda Alexandra Gonçalves Fernandes (Grupo de Folclore “Terras de Arões”);
- Patrícia Raquel Martins Leite (Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”);
- Andreia Sofia Guimarães Santos Pereira (Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 508 Arões);
- João Rafael Oliveira Bastos (Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 592 São Pedro de Castelões);

**Membros Observadores Permanentes:**

- Miguel Alexandre Santos Alves (Gabinete de Desporto e Juventude do Município de Vale de Cambra);
- Ricardo Alexandre Araújo Nogueira (Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vale de Cambra);

**Ausências:**

- Ana Rita Fernandes Martins (JSD – Juventude Social Democrática);
- Diogo Filipe Tavares de Bastos (Assembleia Municipal);
- Liliana Sofia Almeida da Silva (Associação Académica de Cambra);
- Diogo Tavares Fernandes (Associação Desportiva e Cultural da Felgueira);
- José Carlos Ferreira Santos (Corpo Nacional Escutas – Agrupamento 980 – Cepelos);
- Sandra Mónica Bastos Negrais de Pinho (Agrupamento de Escolas de Búzio);

**Ordem de trabalhos:**

**Período da Ordem do Dia:**

**Ponto 1:** Aprovação da ata nº5/2019, da reunião extraordinária de 29 de novembro de 2019;

**Ponto 2:** Aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra;

**Ponto 3:** Apresentação e aprovação da Proposta do Plano de Ação do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra;

**Ponto 4:** Outros assuntos de interesse;

**Ponto 1: Aprovação da ata nº5/2019, da reunião extraordinária de 29 de novembro de 2019**

A Presidente do CMJVC, procedeu à abertura da reunião, agradecendo a presença de todos os elementos na sexta reunião do Conselho Municipal da Juventude. Começou por perguntar se alguém teria algo a alterar à ata da reunião anterior deste Conselho Municipal da Juventude. Após a confirmação de que todos receberam as atas nos respetivos emails, e de nenhum dos elementos ter manifestado intenção em acrescentar algo mais ao documento, a ata nº5 da reunião do Conselho Municipal da Juventude que teve lugar a 29 de novembro de 2019, foi lida, assinada e aprovada por unanimidade pelos elementos presentes.

No caso da ata nº4, apesar de ter sido aprovada por todos os presentes na reunião do dia 29 de novembro de 2019, esta teve que ser novamente assinada na presente reunião, uma vez foram acrescentadas as propostas da JSD – Juventude Social Democrata de Vale de Cambra, conforme consta no ponto 1 da ata nº5/2019.

## **Ponto 2: Aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra**

Neste ponto apenas faltava introduzir uma alteração no artigo 18º, resultando no seguinte:

### ***Artigo 18º***

#### ***Requisitos das Sessões e Quórum***

- 1- O Plenário do CMJVC funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros.*
- 2- Se a maioria dos membros não estiver à hora designada, esta iniciar-se-á decorridos quinze minutos, desde que estejam presentes um terço dos seus membros com direito a voto.*

Foi mencionado pela Presidente do CMJVC que a dúvida na alteração da alínea deste artigo, estaria entre alterar dos quinze minutos de tolerância para os trinta minutos, sendo que se optou por manter os quinze minutos, pois trinta minutos de tolerância é um tempo muito extenso. Assim sendo, a Presidente do CMJVC referiu que se todos os elementos derem a confirmação atempadamente, conseguir-se-á iniciar as reuniões no período de tempo estipulado.

Quanto ao número mínimo de pessoas presentes nas reuniões, a Presidente do CMJVC referiu que a alteração efetuada permitirá que as reuniões decorram, quer haja a maioria (quórum) na sala, ou não. Caso não haja, a reunião poderá decorrer à mesma com um terço dos elementos presentes. Caso este último número não esteja presente à hora marcada, aí sim, a reunião terá que ser adiada para nova data em que a maioria dos elementos possa estar presente.

Após a alteração, o documento foi colocado a aprovação por todos os membros efetivos presentes na sala, tendo sido o mesmo, aprovado por unanimidade dos presentes.

## **Ponto 3: Apresentação e aprovação da Proposta do Plano de Ação do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra**

A Presidente do CMJVC começou por introduzir que na reunião ordinária passada, que teve lugar a 20 de setembro, foi constituída uma equipa para a elaboração do Plano de Ação do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra. Esta equipa era constituída por cinco elementos, sendo eles: **Ana Rita Fernandes Martins** (representante da JSD – Juventude Social Democrática), **Diogo Filipe Tavares de Bastos** (representante da Assembleia Municipal), **João Rafael Oliveira Bastos** (representante do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 592 São Pedro de Castelões), **Patrícia Raquel Martins Leite** (representante do Grupo Etnográfico

“Terras de Cambra”) e **Vicente Relvas Soares de Almeida** (representante da JP – Juventude Popular de Vale de Cambra). Uma vez que o tempo seria demasiado curto para apresentar um plano estruturado, foi proposto a apresentação de um esboço da estrutura e de como seria elaborado este plano de ação.

A Presidente do CMJVC passou a palavra à equipa de elaboração deste Plano. A representante do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”, Patrícia Raquel Martins Leite, começou por explicar que esta proposta seria dividida em duas fases. Nos próximos dois anos, será elaborado um diagnóstico e, conseqüente apuramento de necessidades da população jovem em Vale de Cambra. Durante esta fase serão feitas auscultações junto da população (através de inquéritos, por exemplo), poderão ser organizadas atividades que tenham por objetivo a recolha de dados, como propostas de medidas a implementar no futuro e que estejam direcionadas à juventude, entre outras iniciativas que terão lugar durante este período.

Relativamente ao ponto de situação, foi explicado por esta mesma representante e membro da equipa que o plano se encontra numa fase muito inicial, ou seja, no apuramento de dados necessários à caracterização demográfica da juventude de Vale de Cambra, ou seja, quantos jovens existem no concelho, quantos frequentam a universidade, quantos trabalham, quantos jovens estão a residir no estrangeiro, ou fora do concelho, etc. Para facilitar o trabalho, foram eleitas cinco áreas prioritárias e divididas por cada um dos membros da equipa, sendo que as áreas escolhidas foram as seguintes: Mobilidade, Habitação, Associativismo, Empregabilidade e Empreendedorismo e Saúde e Bem-Estar (importa referir que estas áreas ficaram definidas como “áreas prioritárias” com base nas propostas que foram apresentadas pelos membros do CMJVC na reunião de 20 de setembro de 2019). Contudo, percebeu-se que para além destas áreas, existem outras que se encontram ligadas às camadas mais jovens, e por isso, optou-se pela inclusão de mais três áreas “prioritárias” neste plano de ação, e que foram: Educação e Formação, Voluntariado (que se interligou com o Associativismo), Cultura e Comunicação (esta aplica-se à necessidade de divulgar junto dos jovens o Conselho Municipal da Juventude). Foi ainda referido pela representante do Grupo Etnográfico Terras de Cambra, que a equipa elaborou um esboço daquilo que seria o Plano de Ação, com base nas propostas que foram apresentadas em reunião pelos membros efetivos deste CMJVC, contudo, referiu que o objetivo será a elaboração de propostas com base nas necessidades de todos os jovens do concelho de Vale de Cambra, e não com base nas necessidades apontadas pelos membros do CMJVC. Por isso, referiu a necessidade de haver uma fase de auscultação junto dos mais jovens, sendo através da escola, internet, ou entre outros canais de comunicação. O representante da JP – Juventude Popular de Vale de Cambra, Vicente Relvas Soares de

Almeida, reforçou ainda a metodologia utilizada na elaboração deste plano, ou seja, dada a complexidade na marcação das reuniões de equipa, foi feita uma distribuição das áreas pelos cinco elementos, estando os temas distribuídos da seguinte forma: A representante da JSD, Ana Rita Martins Fernandes, ficou com a mobilidade, o representante da Assembleia Municipal, Diogo Filipe Tavares Bastos, ficou com a área da habitação, o representante do Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 592 – São Pedro de Castelões, João Rafael Oliveira Bastos, ficou com o Associativismo, a representante do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”, Patrícia Raquel Martins Leite ficou com a área de Saúde e Bem Estar e, finalmente, o representante da JP, Vicente Relvas Soares de Almeida, ficou com a Empregabilidade e Empreendedorismo. Estes elementos, tiveram que fazer de forma individual um plano de ação adequado à área que lhes fora atribuída. Apresentadas as propostas de plano de ação e organizadas as soluções para as mesmas, a representante da JSD ficou com a responsabilidade de congregar todas essas áreas, incluindo-as num único documento, ainda que em fase provisória, e enviando-o posteriormente para a Presidente do CMJVC, conforme havia sido estipulado na reunião decorrida a 20 de setembro de 2019, com prazo limite de envio desse mesmo documento, até ao dia 15 de dezembro de 2019. O representante da JP, Vicente Relvas Soares de Almeida, referiu que, até esse prazo limite previamente definido em reunião, não pôde apresentar o trabalho referente à sua área de estudo, tendo o mesmo justificado que nessa altura esteve a elaborar a sua dissertação para a conclusão do mestrado e, por essa razão não pôde estar tão presente. No entanto, apesar da indisponibilidade horária, referiu que procurou alertar os restantes colegas de equipa para essa situação, á qual todos manifestaram a sua compreensão. Contudo, apesar da situação, o representante da JP, no final de terminar e entregar a sua dissertação, procurou saber junto da representante da JSD se o documento com a proposta do Plano de Ação já teria sido entregue, ao qual lhe foi dada resposta negativa. Apesar de ter sido feito de forma rápida, o representante da JP acabou por enviar a sua parte do trabalho, com um atraso de dois dias (no dia 17 de dezembro) ainda sob a forma de um pequeno documento para que a representante da JSD anexasse ao restante documento a ser entregue à Presidente do CMJVC. Uma vez que não houve mais nenhuma resposta por parte deste membro da equipa (da representante da JSD), assumiu-se que o documento teria sido entregue à Presidente do CMJVC.

Contudo, acrescenta a equipa de elaboração do Plano de Ação para o CMJVC, a Presidente do CMJVC questionou através de email, no mês de Janeiro de 2020, os membros desta mesma equipa, acerca do envio do esboço do Plano de Ação, uma vez que, até aquela data, não

recebera qualquer documento provisório, sendo que, nessa altura deveria de estar a receber o documento final e não, apenas o esqueleto do documento.

Os membros da equipa referiram que, a partir daquele momento em que receberam o email, tentaram contactar a representante da JSD, Ana Rita Martins Fernandes (e também membro da equipa de elaboração deste plano), de forma a perceber o que se passara, para que a Presidente do CMJVC não tivesse recebido o documento. No entanto, todas as tentativas falharam. A partir dessa altura, esse elemento ficou incontactável, não respondendo às mensagens que lhe foram enviadas, ou atendendo às chamadas que foram realizadas, ou até respondendo aos emails que lhe foram enviados, o que provocou um desfalque e sentimento de desorientação nesta equipa. Os elementos desta equipa referiram que, uma vez que o documento inicial não foi enviado, foi redigido um novo documento que congregava a informação toda, mas apenas dos quatro elementos (sem contar com a representante da JSD), o qual foi enviado por um outro elemento da equipa, neste caso, pela representante do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”, Patrícia Raquel Martins Leite, para a Presidente do CMJVC, a 1 de fevereiro de 2020. No entanto, a parte referente à representante da JSD, ou seja, a área da mobilidade, foi em branco, pois como este elemento ficou incontactável, a equipa nunca percebeu se este elemento estaria a trabalhar nesse tema, e por uma questão de se evitar a duplicação de tarefas, optou-se por deixar essa temática em branco.

Após esta segunda data de envio do documento prévio, a equipa tomou a iniciativa de avançar com o trabalho, realizando reuniões com periodicidade semanal, de forma a avançar com a elaboração do Plano de Ação de uma forma aprofundada e detalhada.

Numa dessas reuniões, em específico, na última reunião, a representante da JSD, que até à data se encontrava incontactável, estava no local da reunião. Foi questionada pelos elementos da equipa que se encontravam presentes no local, com o objetivo de apurar a razão de este membro ter estado incontactável durante todo este tempo. A justificação apresentada pela representante da JSD foi que, ela não se iria envolver no Conselho Municipal da Juventude, mais propriamente, na elaboração do Plano de Ação, uma vez que o Regimento Interno deste órgão consultivo ainda não se encontrava à data aprovado, tendo alegado que, desta forma o CMJ estaria a funcionar de uma forma ilegal. A mesma referiu ainda que, apesar de ter a parte dela feita, no que toca ao Plano de Ação, não a iria entregar, pois, uma vez que o CMJVC está a funcionar de forma ilegal (no entender da representante), ela não quer que o seu nome esteja associado a este órgão para não comprometer a sua função, enquanto líder da juventude partidária, instituição que representa neste CMJVC. A representante apresentou as suas

desculpas pela sua atitude tomada aos elementos da equipa de elaboração do Plano de Ação que estavam presentes e referiu ainda que deveria de ter apresentado uma justificação para o seu comportamento mais cedo.

Independentemente disto, a equipa de elaboração do Plano de Ação para o CMJVC, diz que nunca houve qualquer tipo de alerta, por parte da representante da JSD, na altura em que se comprometeu a elaborar o documento que serviria de esboço para o Plano de Ação do CMJVC, apesar de a mesma saber nessa altura, que o Regimento Interno do CMJVC ainda não se encontrava aprovado. É referido ainda, por parte dos elementos da equipa que, aquilo que a representante da JSD disse, foi que, o Regimento Interno que define o funcionamento do CMJVC, deveria de estar aprovado antes da primeira reunião do Conselho, mais propriamente antes da tomada de posse dos membros efetivos. Em forma de conclusão, a equipa questionou este membro como ficava a colaboração dela com a restante equipa. A representante da JSD não tendo dado uma resposta concreta, referiu que anunciaria a sua posição na presente reunião. Contudo, este elemento, não compareceu à reunião.

Ouvidos os membros da equipa que se encontra a elaborar o Plano de Ação para o CMJVC, a Presidente do CMJVC deu a sua opinião. Referiu que, atendendo aos factos que foram relatados e que estão relacionados pelo adiamento ou atraso no envio das propostas e, ao facto de a representante em causa (representante da JSD – Juventude Social Democrata, Ana Rita Fernandes Martins) não se encontrar presente nesta reunião, e por isso não poder apresentar a sua versão dos acontecimentos ao restante plenário, a Presidente do CMJVC questionou todos os presentes, com base naquilo que foi ouvido, se, desde a primeira reunião teriam agido e colaborado em tudo de forma voluntária, com o consentimento de todos e concordância de todos, e que vão desde a apresentação de documentos até à aprovação dos respetivos, ao que todos responderam afirmativamente. Posto isto, a Presidente do CMJVC sugeriu que este assunto ficasse para a próxima reunião, acrescentando que, caso a representante da JSD, Ana Rita Fernandes Martins, estiver presente e se quiser pronunciar sobre esta questão, poderá fazê-lo de forma a poder esclarecer este assunto. A Presidente do CMJVC aproveitou também para esclarecer que o CMJVC não se encontra a cometer qualquer ilegalidade, pois aquilo que define a existência do CMJ é o regulamento do Conselho Municipal da Juventude, e não o Regimento Interno. Este último documento, apenas contém as orientações do funcionamento deste órgão consultivo, de uma forma interna. Foi referido ainda que, a sua ainda não aprovação se deve ao facto de que, de reunião para reunião irem sendo detetados pequenos lapsos, havendo necessidade de retificação e de muitas vezes a necessidade do apoio jurídico para voltar na reunião seguinte, sob o consentimento de todos

os presentes nessas mesmas reuniões. Para além disso, a não aprovação do Regimento Interno não impede a não realização e desenvolvimento do percurso normal dos trabalhos, sendo que, aquilo que poderia impedir, seria o Regulamento, caso estivesse algo de errado com este documento. Não havendo falhas neste documento, os trabalhos prosseguem normalmente.

Retomando novamente a apresentação da proposta do Plano de Ação para o CMJVC, este seria dividido em duas partes, sendo que, numa fase inicial, seria elaborado um Diagnóstico e a segunda, com base nos resultados da primeira, seria feita uma Implementação das propostas feitas com base no diagnóstico. A parte à qual seria dada maior atenção, seria a uma fase relacionada com o Diagnóstico, ou o estudo da população jovem do concelho de Vale de Cambra, como foi referido anteriormente. Esta fase seria trabalhada durante os próximos dois anos, junto dos jovens, no sentido de perceber como funciona esta faixa etária no concelho, quais as suas necessidades e problemas, sendo que, fruto deste trabalho sairiam propostas / medidas a implementar na fase da Implementação, que entraria em vigor a partir de 2021.

O representante do Gabinete de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Miguel Alexandre Santos Alves, aconselhou a equipa a definir que tipo de diagnóstico iriam elaborar, e de que forma iriam elaborar o mesmo, ou seja, se era através de reuniões com os jovens, ou outro tipo de formas. Nisto, a Presidente do CMJVC questionou sobre o que seria melhor até àquele momento, se era incluir no diagnóstico apenas as necessidades e problemas da juventude, baseadas apenas naquilo que os membros deste CMJVC apresentaram em reunião e nas áreas que foram selecionadas, ou se seria melhor incluir a restante população jovem neste estudo, com o objetivo de elaborar um diagnóstico aprofundado e realista com todas as necessidades desta população, em específico do concelho de Vale de Cambra, e em todas as áreas que abranjam esta camada. O representante do corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 592, São Pedro de Castelões, João Rafael Oliveira Bastos, referiu que as propostas apresentadas por cada um dos elementos do CMJVC, acabam por representar as mais diversas áreas da juventude, através da respetiva associação que representam. No entanto, referiu a disponibilidade de se realizar um levantamento extraordinário mais simples, não havendo por isso a necessidade de serem precisos dois anos para a elaboração de um diagnóstico. A Presidente do CMJVC questionou se durante os dois anos se trataria apenas do diagnóstico, ou se haveria alguma outra área que fosse necessária trabalhar durante esse período, tendo referido a questão de se avançar com a área da comunicação, onde nela estaria as mais diversas formas de divulgação do CMJVC.



A representante do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”, Patrícia Raquel Martins Leite, respondeu que a área da Comunicação, para além do diagnóstico a elaborar para o plano de ação, é aquela que apresenta, de momento, maior prioridade, uma vez que a maioria dos jovens desconhece a existência do Conselho Municipal da Juventude de Vale de Cambra, sendo por isso, prioridade, divulgar este órgão junto dos mais jovens e, através disso, o apuramento de dados que ajudem à elaboração do diagnóstico. Para além disso, foi mencionado pela Presidente do CMJVC a necessidade da criação de um logotipo, a criação de redes sociais destinadas à divulgação de conteúdos / atividades / eventos, apresentações públicas junto dos jovens, no sentido de dar a conhecer o CMJVC, entre outras. Neste sentido, foi sugerido pela Presidente do CMJVC que se partisse de uma base, sendo que, neste caso, seria a auscultação dos jovens. Referiu ainda que, dada a complexidade e a necessidade de um estudo aprofundado, os dois anos, serão o tempo necessário para a elaboração do diagnóstico para o Plano de Ação.

Desta forma, e com este debate de ideias, a Presidente do CMJVC sugeriu a constituição de novos grupos de trabalho e a consequente divisão de tarefas entre os elementos, de forma a que ninguém fique sobrecarregado.

O representante do corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 592, São Pedro de Castelões, João Rafael Oliveira Bastos, questionou de que forma seria feita a auscultação aos jovens, uma vez que, aqueles que não se encontram dentro das associações, é mais difícil obter feedback, acrescentando que, a melhor forma de auscultação seria através das associações, ou das escolas. Por sua vez, o representante do Gabinete de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Miguel Alexandre Santos Alves, referiu que a melhor forma de começar o diagnóstico será através da caracterização demográfica da população jovem do concelho, que vai desde os 12 aos 35 anos, sendo por isso necessário questionar, por exemplo, de que zona do concelho são, idades, se mora no campo, se mora na cidade, se tem irmãos, se tem jovens da mesma idade a residir próximo, se trabalha, se estuda, etc., tendo acrescentado a importância destas mesmas questões para perceber se as ações que foram apresentadas em reunião pelos elementos do CMJVC, se adequam a este público ou não e qual a sua viabilidade, uma vez que, entretanto, na fase de auscultação, um dos objetivos será que os jovens também contribuam com sugestões. Para além disso, sugeriu fazer uma recolha junto dos serviços de psicologia das escolas, de forma a apurar quais as orientações vocacionais que existem nos alunos do concelho e quais as suas principais dúvidas aquando da escolha da área profissional. Sugeriu ainda solicitar na câmara municipal, junto dos técnicos dos vários serviços, contributos para ajuda da elaboração deste mesmo diagnóstico e algumas ações de implementação junto

dos jovens, já que eles possuem conhecimento sobre a realidade juvenil no concelho de Vale de Cambra. Acrescentou ainda que, o contributo e as propostas apresentadas pelos elementos do CMJVC são importantes, no entanto, será importante auscultar a restante população jovem, pois, aquilo que pode ser importante para os representantes efetivos deste conselho, pode não ser tão importante para a restante população jovem do concelho de Vale de Cambra.

A presidente do CMJVC referiu que, para a elaboração deste plano vão ter que ser realizadas reuniões com serviços da Câmara Municipal e com outras entidades, no sentido de apurar dados e elementos, para depois recolher a informação e que vai permitir futuramente elaborar propostas de implementação, já numa fase posterior, tendo referido a necessidade da escolha de uma área estratégica para avançar na fase da implementação.

O representante da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vale de Cambra, Ricardo Alexandre Araújo Nogueira declarou estar reticente quanto aos tempos propostos para a realização da fase inicial deste trabalho, tendo justificado com a dinâmica dos tempos que se vivem, ou seja, os dados de hoje, podem não ser os de amanhã e, acrescentou que, durante os próximos dois anos em que vai ser feito a avaliação diagnóstico, haverá a necessidade de se manter os dados atualizados, de forma constante, para evitar a desatualização dos mesmos, aquando da apresentação do estudo e, para isso, deu como exemplo, o facto de existir um centro escolar numa zona rural que, há dez anos atrás haveria uma enorme necessidade em que aquilo existisse, porém, provavelmente nos tempos atuais, a sua existência naquele local já não é determinante, porque a população jovem é praticamente inexistente. Deste modo, acrescentou que a adaptação da construção deste estudo que será elaborado, à realidade, deve ser feita, de forma constante. Referiu ainda que, apesar de se ter tido a preocupação de que este CMJVC tivesse o máximo de associações de jovens representadas, existem muitos jovens que não se encontram inseridos dentro do associativismo e, por isso, de certo modo, não se encontram “representados”, havendo por isso a necessidade de auscultá-los sobre as suas principais preocupações e necessidades acerca da população jovem do concelho. O representante do Gabinete de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Miguel Alexandre Santos Alves, sugeriu que se segmentasse a população jovem em três faixas: dos 12 aos 18 anos de idade (idade escolar), dos 18 anos aos 22 anos (idade em que se encontram nas universidades), dos 23 anos aos 35 anos (idade em que se encontram no mundo do trabalho) e tratar separadamente estes escalões, de forma a tratar as necessidades e implementar ações de forma dividida para estes grupos.

O representante do corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 592, São Pedro de Castelões, João Rafael Oliveira Bastos, sugeriu que se definissem as áreas prioritárias a tratar, sendo que lhe foi respondido que as áreas prioritárias já foram definidas e são aquelas que ficaram assentes na última reunião ordinária. Por sua vez, a representante do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”, Patrícia Raquel Martins Leite, defendeu a abertura do grupo que se encontra a trabalhar neste Plano de Ação, dado que, apesar de serem quatro elementos, e com todas estas sugestões a serem apresentadas, vai acontecer que os elementos que compõem a equipa ficarão sobrecarregados. O representante do Gabinete de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Miguel Alexandre Santos Alves referiu que a equipa que se encontra em funções não será aquela que terminará o estudo e por isso, sugeriu que se comesse pela área da Comunicação com a divisão de tarefas e constituição de um novo grupo que integre esta área, que crie contas nas redes sociais e comece a carregar conteúdos sobre o CMJVC. Só depois de esta parte inicial estar estruturada é que se deve, na sua opinião, avançar para a recolha de dados, ou seja, reuniões com técnicos municipais, entidades relacionadas com a Juventude, etc.

A Presidente do CMJVC sugeriu a criação de duas novas equipas. Uma equipa ficaria responsável pela parte relativa à Comunicação e terá a seu cargo a criação e gestão de redes sociais, assim como a elaboração de logotipo que defina o CMJVC. A outra equipa ficará responsável pela parte relativa à investigação, ou seja, à recolha de elementos indicadores e caracterizadores da população, que levem posteriormente à elaboração de um inquérito a ser divulgado junto dos jovens, que permita a recolha de dados e que permita obter informação para o desenvolvimento do estudo. Esta equipa ficará também responsável por reunir com as diversas entidades, município, associações, entre outros órgãos ligados à juventude.

Ligado à área da comunicação, foi sugerida a criação de um concurso de ideias, com o objetivo da construção do novo logotipo do CMJVC. Este concurso seria aberto à comunidade no geral, em parceria com a escola secundária. Para além disso, foi sugerido pelo representante do Gabinete de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Miguel Alexandre Santos Alves, o estabelecimento de uma parceria com o curso de multimédia, que existe na escola secundária, para a realização de um vídeo promocional desse mesmo concurso, de forma a captar a atenção dos jovens para a participação nesta iniciativa. Deste modo, esta seria, ainda que indiretamente, uma forma de partilha da existência do CMJVC junto da população jovem. Para além disso, foi sugerida a elaboração de uma comunicação interativa, pois só assim se conseguirá captar a atenção dos jovens. A Presidente do CMJVC referiu a sua disponibilidade para colaborar no que fosse necessário, nomeadamente na realização da

ponte entre o CMJVC e o agrupamento de escolas. O representante do Gabinete de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Vale de Cambra, Miguel Alexandre Santos Alves referiu ainda que a comunicação a ser feita nas escolas deve ser por um jovem, membro do CMJVC, de forma a que os jovens se possam sentir “envolvidos” e sensibilizados para participar nessas atividades, pois as idades são próximas e facilitam a comunicação.

A Presidente do CMJVC reforçou a necessidade de se fazer uma divulgação do CMJVC junto dos jovens. Por sua vez, a mesma disse ainda que, a equipa que ficar com a elaboração do inquérito de recolha de dados, terá que fazer reuniões com os técnicos do município e entidades e associações, de forma a apurar dados que leve a perguntas simples, de modo a que os jovens respondam de forma simples e direta. Este questionário será posteriormente difundido para que os jovens deem contributos sobre como pode a sociedade juvenil valecambrense evoluir.

Ainda relacionado com a parte da Comunicação, o representante da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vale de Cambra, Ricardo Alexandre Araújo Nogueira sugeriu que quem devesse ficar com a gestão das redes sociais, fosse a pessoa que acede ao email do CMJVC, que neste caso, é a representante do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra” e secretária deste conselho, Patrícia Raquel Martins Leite. Contudo, esta última, refere que, talvez o servidor não seja o adequado, dado que se trata de um email institucional, não se sabendo se o mesmo poderá ser o mais indicado para que se indique como conta associada às redes sociais, ainda que seja de uma forma oficial. A Presidente do CMJVC disse que iria pedir apoio ao Gabinete de Comunicação e Protocolo do Município de Vale de Cambra, de forma a perceber qual o tipo de email que se encontra agregado à página institucional do município na rede social “facebook”.

Estruturadas as novas áreas prioritárias, avançou-se para a constituição das equipas. Na equipa referente à **Comunicação**, ficaram os seguintes elementos:

- Vicente Relvas Soares de Almeida (representante da JP – Juventude Popular de Vale de Cambra);
- João Rafael Oliveira Bastos (representante do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 592, São Pedro de Castelões);
- Andreia Sofia Guimarães Santos Pereira (representante do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 508 Arões);

Na equipa de **investigação e elaboração do inquérito a apresentar aos jovens**, ficaram os seguintes elementos:

- Patrícia Raquel Martins Leite (representante do Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”) (este elemento foi inicialmente indicado para integrar a equipa da comunicação, porém, uma vez que quase todos os elementos presentes na reunião do conselho referiram não possuir disponibilidade para ir às reuniões a serem realizadas e, tendo este membro alguma flexibilidade para reunir, nomeadamente com os técnicos do município, dadas as suas funções profissionais, a mesma voluntariou-se para ficar nesta equipa, e, dessa forma, agilizar a questão da disponibilidade para as reuniões, que serão realizadas posteriormente no âmbito da recolha de dados relacionados com a Juventude);
- Eduarda Alexandra Gonçalves Fernandes (representante do Grupo de Folclore “Terras de Arões”);
- Diogo Filipe Tavares de Bastos (Assembleia Municipal);

Apesar de o elemento representante da Assembleia Municipal, Diogo Filipe Tavares Bastos, não se encontrar presente na reunião, decidiu-se incluí-lo na equipa, dado que, era necessário mais um elemento, e, para além disso, este membro já estava incluído na equipa inicial da elaboração do Plano de Ação para o CMJVC, com uma participação ativa.

Relativamente aos restantes elementos que integram o CMJVC, considerou-se que os mesmos devem ser incluídos na elaboração deste plano, contudo as funções que estes desempenharão serão definidas mais à frente nas próximas reuniões, de acordo com o trabalho que for desenvolvido por estas duas equipas iniciais.

Quanto ao trabalho que a equipa inicial realizou, nomeadamente na caracterização demográfica da população jovem do concelho de Vale de Cambra, ficou decidido que ficará parado, sendo que os membros assumirão as tarefas relativas a esta nova fase de trabalho.

A Presidente do CMJVC referiu que as convocatórias para as reuniões a realizar com as entidades, seja com a Câmara Municipal, Agrupamento de Escolas, ou outras, sairão a partir de si, devendo por isso, as equipas manifestar interesse junto da Presidente para reunir com esses mesmos organismos, devendo propor também uma data para reuniões.

Em forma de conclusão, e por unanimidade de todos, a proposta apresentada foi no sentido, de numa primeira fase, trabalhar a parte da Comunicação do CMJVC e elaborar um diagnóstico junto da Juventude, auscultando entidades, associações, agrupamentos, serviços, no sentido

de se obter um maior número de informações para se caracterizar a Juventude existente, auscultar as suas necessidades e preocupações e posteriormente elaborar um Plano de Ação para a Juventude. Assim sendo, esta proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes, ficando constituídas as novas equipas de trabalho.

#### **Ponto 4: Outros assuntos de interesse**

A Presidente do CMJVC começou por dar a conhecer algumas informações junto dos membros do CMJVC, nomeadamente, no que se refere ao Regulamento do CMJVC. Foi referido que a alteração proposta ao mesmo se encontra em audiência pública, desde o dia 29 de janeiro de 2020 e ficará até ao final do presente mês de fevereiro de 2020. Informou ainda que o mesmo regulamento, depois deste período, irá novamente a Reunião de Câmara e à Reunião da Assembleia Municipal para ser aprovado e assim se puderem entrar em vigor as novas alterações, permitindo desta forma a presença de um elemento representante da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas neste CMJVC como membro efetivo.

Uma outra informação que foi transmitida foi a atribuição de Bolsas de Estudo no valor global de 35 000€, durante a última reunião de Câmara, que teve lugar no passado dia 28 de janeiro de 2020. Estas bolsas de estudo são destinadas a ajudar os jovens do concelho de Vale de Cambra, sendo que, das bolsas atribuídas, cinco delas foram para jovens que frequentam o ensino secundário, quatro bolsas foram atribuídas ao pós-secundário, 40 bolsas de estudo foram atribuídas a jovens que frequentam o ensino superior e uma foi atribuída no âmbito do percurso escolar de mérito. Uma vez que não houve nenhum candidato para esta última, ou seja, para o Percurso Escolar de Mérito, esta bolsa foi atribuída ao ensino superior, subindo assim para 41, o número de jovens que frequentam o ensino superior e aos quais foi atribuída bolsa de estudo pelo Município de Vale de Cambra. A Presidente do CMJVC referiu que é no ensino superior onde há um maior número de candidaturas à bolsa de estudo, dizendo ainda que, apesar do número de atribuições, houve algumas candidaturas que ficaram excluídas, por não cumprirem com o regulamento em vigor. No total foram atribuídas 50 bolsas de estudo.

Neste ponto, a Presidente do CMJVC consultou o plenário acerca da viabilidade para se justificar as faltas enviadas pelos membros faltosos, sendo que, de todos, apenas constava a justificação enviada pela representante da JSD – Juventude Social Democrata de Vale de Cambra, Ana Rita Fernandes Martins, e da respetiva suplente, Catarina Almeida Silva. Foi referido pela Presidente do CMJVC que esta justificação chegou ao email apenas uma hora antes da reunião e que nela constava que, ambas as representantes não estariam na reunião,

por motivos académicos, solicitando a justificação da falta. Foi lido o artigo 45º do Regimento Interno do CMJVC que refere que as faltas podem ser consideradas justificadas se forem enviadas cinco dias antes da reunião, ou cinco dias após a mesma, não referindo por isso, a classificação dos pedidos de justificação que são enviados no próprio dia do evento. Assim sendo, a Presidente do CMJVC referiu que, na sua opinião, dos pedidos de justificação para a não comparência na reunião, e que são enviados no próprio dia, apenas devem ter-se em conta quando neles constam imprevistos inadiáveis, dando como exemplos, um acidente, ou algo menos grave. Referiu ainda que, quando os membros já possuem compromissos agendados para o dia da reunião, e por isso, sabem que vão faltar, devem enviar o pedido de justificação nos cinco dias antes da reunião. No entanto, aquelas que por qualquer imprevisto grave, não puderam comparecer, então deverão enviar o pedido de justificação nos cinco dias que se seguem ao evento. A Presidente do CMJVC sugeriu ainda que se fossem pedidos comprovativos aos faltosos, mediante a justificação que apresentarem.

Relativamente ao pedido de justificação apresentado pelas representantes da JSD – Juventude Social Democrata de Vale de Cambra, o motivo referido, na opinião da Presidente do CMJVC é vago, pois não refere quais são os motivos académicos e, por isso, não se sabe se será um evento previamente agendado, sendo que, aí as representantes deveriam de ter enviado o pedido com um ou dois dias de antecedência. Ou então, no caso de ser um evento imprevisto, dever-se-á solicitar comprovativo desses motivos académicos que as mesmas apresentam, de forma a que se possa validar a falta como “Falta Justificada”, de acordo com o artigo 45º do Regimento Interno do CMJVC.

A Presidente do CMJVC referiu ainda que, existem mais membros a faltar, no entanto, esses ainda não apresentaram nenhum pedido de justificação de falta, pelo que poderão fazê-lo durante os próximos cinco dias. No caso das representantes da JSD, a Presidente do CMJVC, sugere a classificação deste pedido, como Falta Injustificada, uma vez que não responde a nenhum dos prazos indicados pelo artigo 45º do Regimento Interno do CMJVC, nem apresenta qualquer tipo de comprovativo em como, de facto, não esteve presente pelos motivos referenciados no pedido. Contudo, deixa à consideração dos restantes elementos do CMJVC para que estes decidam em maioria.

O representante da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Vale de Cambra, Ricardo Alexandre Araújo Nogueira, alertou para o facto de as convocatórias só terem chegado aos membros efetivos, um dia antes do evento, não dando o tempo necessário para que todos os elementos do CMJVC vissem as convocatórias nos emails. Por sua vez, a Presidente do CMJVC,

referiu que, à data de envio das convocatórias, o Regimento Interno do CMJVC ainda não se encontrava aprovado, facto que se alterou durante a presente reunião. Para além disso, referiu ainda que, foi feita uma auscultação prévia, junto dos membros efetivos deste conselho, para que se definisse a data da presente reunião do CMJVC, sendo que, de todos, apenas o representante da Assembleia Municipal, Diogo Filipe Tavares Bastos, referiu que não poderia estar, assim como a representante da Associação Académica de Cambra, Liliana Sofia Almeida da Silva, que referiu ainda não ter a certeza quanto à sua presença, tendo dito ainda que confirmaria mal tivesse a certeza da sua disponibilidade. Dos restantes elementos, ou disseram que estariam presentes, ou não responderam, tendo-se assumido que aqueles que não confirmaram, estariam presentes.

Posto isto, a Presidente do CMJVC colocou à votação dos restantes elementos do CMJVC com direito a voto, acerca da exigência de comprovativo para que a falta seja justificada. Esta medida foi aprovada por unanimidade de todos os presentes, ficando por isso, decidido que, aquando do envio do pedido de justificação de falta, endereçado à Presidente do CMJVC, deve ser anexo o comprovativo de justificação de falta. Caso este não seja apresentado, a falta será tida como injustificada, com os trâmites referidos no artigo 45º do Regimento Interno do CMJVC.

No caso específico, apresentado pelas representantes da JSD – Juventude Social Democrata, ficou definido que, uma vez que o Regimento Interno entrou em vigor na presente reunião, será enviado um email para estas representantes em específico, e para os restantes membros faltosos, a informar que o documento já está em vigor, e que, de acordo com o artigo referente no Regimento Interno do CMJVC, devem apresentar os respetivos comprovativos para a justificação da falta nos cinco dias que se seguem à reunião. Caso, não apresentem, as faltas serão tidas como injustificadas.

Finalizado este assunto, a Presidente do CMJVC propôs agendar previamente a data para a próxima reunião. Desta forma, a reunião ficou pré-agendada para o próximo dia 30 de abril de 2020, às 19h30.

Não havendo nenhum outro assunto a abordar, a Presidente do CMJVC agradeceu a presença de todos os elementos e deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata.



**Vereadora com o Pelouro da Juventude**

---

Daniela Sofia Paiva da Silva

**JP – Juventude Popular de Vale de Cambra**

---

Vicente Relvas Soares de Almeida

**Grupo de Folclore “Terras de Arões”**

---

Eduarda Alexandra Gonçalves Fernandes

**Grupo Etnográfico “Terras de Cambra”**

---

Patrícia Raquel Martins Leite

**Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 508 Arões**

---

Andreia Sofia Guimarães Santos Pereira

**Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 592 S. P. Castelões**

---

João Rafael Oliveira Bastos